

ANCL P1

Mantido o teto de 12% para os juros

1- SET 1988
GAZETA MERCANTIL

por Marcos Magalhães
de Brasília

As instituições financeiras estão proibidas de cobrar taxas de juro reais acima de 12% ao ano, a partir da promulgação da nova Constituição.

Qualquer cobrança acima desse limite será considerada crime de usura. A decisão, ratificada ontem à noite pela Assembleia Constituinte, encerra uma longa discussão iniciada no dia 11 de maio, quando, no primeiro turno, 314 parlamentares conseguiram aprovar — com 112 votos contrários e 34 abstenções — a polémica emenda do deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP) que instituiu esse limite. Hoje a Constituinte deverá encerrar seus trabalhos com outra decisão imprevisível: a anistia da dívida dos pequenos, micro e médios empresários urbanos e rurais.

Nas votações de ontem, duas tentativas foram feitas para unir os 280 votos necessários à retirada do teto de juros do texto permanente da Constituição. A primeira, patrocinada pelo deputado Paulo Macarini (PMDB-SC), contava com o apoio do próprio Gasparian, do PMDB e dos parti-

dos de esquerda. O destaque, que previa a fixação em lei de um limite para os juros e remetia para as disposições transitórias os 12%, obteve 264 votos favoráveis — apenas 14 menos do que precisava — e 198 contrários, além de 2 abstenções.

A segunda tentativa partiu dos derrotados na primeira votação. Apoiado pelos líderes do PFL, PDS, PTB e PDC, um destaque do deputado Luis Roberto Ponte (PMDB-RS) pretendia simplesmente regular as taxas de juro em lei complementar, excluindo da Constituição qualquer menção ao teto de 12%. A esquerda, sentindo-se prejudicada no item anterior, votou contra e o destaque obteve apenas 241 votos favoráveis, além de 233 contrários e 7 abstenções.

Os constituintes marcarão uma data para rever o seu trabalho: em 1993, por maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, a Constituição poderá ser revista. No dia 7 de setembro deste mesmo ano, os brasileiros escolherão, mediante plebiscito, a forma e o sistema de governo que desejam ver definitivamente instalados no País.

(Ver páginas 11 e 12)